

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_/2011**

**(Do Sr. Luiz Couto)**

**Requer que esta Comissão em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realize Audiência Pública para debater os conflitos agrários, incluindo os assassinatos emblemáticos de José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, no Pará, e de Adelino Ramos, em Rondônia; e a impunidade dos crimes contra trabalhadores rurais, exemplificados pelo Massacre de Corumbiara, em 1995, e de Eldorado do Carajás, em 1996.**

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com os Artigos 255 e 32, Inciso VIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em data a ser agendada, para debater os conflitos agrários, incluindo os assassinatos emblemáticos de José Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, no Pará, e de Adelino Ramos, em Rondônia; e a impunidade dos crimes contra trabalhadores rurais, exemplificados pelo Massacre de Corumbiara, em 1995, e de Eldorado do Carajás, em 1996.

**JUSTIFICATIVA**

O quadro de violência no campo se renovou de forma trágica com quatro assassinatos de lideranças de trabalhadores na última semana. Adelino Ramos foi executado no dia 27 de maio, em Vista Alegre do Abunã-RO, ao que tudo indica em represália a suas denúncias contra a extração ilegal de madeira. No dia 24 foram mortos numa emboscada o casal de extrativistas com militância ambientalista José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, em Nova

Ipixuna-PA. No dia seguinte era encontrado o corpo de Herenilton Pereira, morador do mesmo assentamento.

Os casos são emblemáticos, mas não isolados. A Comissão Pastoral da Terra registrou, do começo de 2010 até hoje, 42 assassinatos de trabalhadores e lideranças que se encontram sob ameaça. Todos vítimas de pistolagem, grilagem, disputas em terras indígenas e perseguição política, tendo como pano de fundo os conflitos rurais.

Se o Governo Federal agiu com rapidez ao criar um grupo interministerial para atuar em conjunto contra a violência fundiária, por outro lado são necessárias medidas estruturais para chegar às causas dos problemas. Agilizar a regularização de terras, ampliar a fiscalização ambiental e fundiária e desconstruir a certeza de impunidade, são estratégias indispensáveis para enfrentar o quadro de violação contínua dos direitos humanos que tem vitimado populações tradicionais do campo, trabalhadores rurais assentados e que lutam pela terra, povos indígenas e lideranças populares.

A audiência pública ora proposta poderá suscitar sugestões e desencadear ações efetivas por parte da Câmara dos Deputados, seja para pautar a votação de projetos de leis, seja para sensibilizar agentes políticos na busca de meios para minimizar a violência no campo.

Sugerimos sejam ouvidos como expositores no evento:

- Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Movimento Camponês Corumbiara (MCC)
- Movimento dos Trabalhadores SemTerra (MST)
- Representante do Grupo interministerial criado pela Presidência da República, que inclui os Ministérios de Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente e a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011

Luiz Albuquerque Couto  
Deputado Federal PT/PB